

## **PEDAGOGIAS TRANSGRESSORAS: A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE<sup>1</sup>**

Aline Najara da Silva Gonçalves<sup>2</sup>

TRANSGREDIR: “ir além de”; “atravessar”; “não cumprir”; “violar”; “desrespeitar uma ordem ou norma social”. Quando escreveu *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, bell hooks não imaginaria que 25 anos depois, ainda seria um desafio transpor as regras e práticas colonizadoras vinculadas ao ensino.<sup>3</sup>

2019 tem sido um ano duro para a educação. Não é o objetivo dessa conversa hoje falar sobre os ataques que temos sofrido nesse campo. Esse tema será tratado oportunamente pelo Professor Romualdo Portela, na sexta-feira, entretanto, em tempos de tantas agressões à democracia e à educação em particular, de processos de militarização da educação básica, de cortes às verbas e bolsas de pesquisa no ensino superior e na pós-graduação e perseguição a professores em todos os níveis de ensino, promover e participar de um encontro de produção científica como este, que propõe a articulação entre áreas diversas é, em si, uma atitude transgressora.

O trouxe para dividir com vocês hoje, muito mais que uma fala acadêmica recheada de teorias ou citações, é um relato em primeira pessoa de experiências, inquietações e dúvidas com as quais tenho lidado em minha trajetória de mulher preta, mãe de uma criança preta, candomblecista, professora e militante dentro e fora da academia.

Partindo de alguns pressupostos apontados por bell hooks para uma educação emancipatória e contra-hegemônica, trago uma análise acerca da escola como um espaço

---

<sup>1</sup> Conferência de Abertura da III Semana de Pedagogia - Pedagogias transgressoras: a educação como prática da liberdade em 24 de setembro de 2019, na Universidade do Estado da Bahia, Campus IX, Barreiras (BA).

<sup>2</sup> Mestre em Estudos de Linguagens (UNEB), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (FAVIC) e Licenciada em História (UNEB). Atualmente é doutoranda em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), faz parte da Associação Nacional de História (ANPUH) atuando no GT Nacional Emancipações e Pós-abolição e nos Grupos de Pesquisa *Núcleo de Estudos da Política e História Social* e *Grupo de Estudos Mundos do Trabalho e o Pós Abolição*, vinculados à UFRRJ. É autora dos livros *Luiza Mahin: Uma rainha africana no Brasil* e *Luiza Mahin: A guerreira dos Malês*, ambos publicados pelo CEAP (RJ). Atualmente leciona disciplinas do eixo Brasil/História da Cultura Afro-brasileira, na UNEB, Campus XIII – Itaberaba, BA. Contato: [alinasigo@gmail.com](mailto:alinasigo@gmail.com)/[ansgoncalves@uneb.br](mailto:ansgoncalves@uneb.br)

<sup>3</sup> HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

político de luta antirracista e da universidade como um lugar em que é preciso transgredir fronteiras e subverter o sistema.

Com *Ensinando a transgredir* a intenção de bell hooks era que seu escrito fosse direcionado a alunos e professores e que oportunizasse discussões sobre a urgente necessidade de mudarmos nossas práticas de ensino.<sup>4</sup> Diante disso, lanço uma provocação inicial, especialmente aos estudantes dos cursos de licenciatura e a nós, professores: qual o nosso papel enquanto futuros professores e professoras nessa empreitada? Quantos de nós estamos dispostos a transgredir e descolonizar o currículo?

Como disse antes, falo de do lugar de mulher, negra e militante. O que bell hooks chama de educação contra-hegemônica, eu chamava militância acadêmica e por algum tempo vi, principalmente em instituições privadas, olhares distorcidos por esta opção de lidar com a sala de aula e com os estudantes, fosse no ensino médio ou na graduação.

Minha intenção com esse relato não é uma autopromoção. Ao contrário, gostaria de demarcar duas questões aqui. A primeira se relaciona ao meu “lugar de fala”, que diz respeito ao lugar social do nosso discurso e como esse lugar deve ser considerado, e muito diz sobre nossa forma de nos vermos e nos entendermos no mundo.<sup>5</sup> Como dizia Paulo Freire, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.<sup>6</sup> Assim, falo do lugar de mulher preta, que foi educada em escolas particulares, pensadas para pessoas brancas e cresceu num universo de uma família em que o colorismo se manifesta de muitas maneiras e em que o silêncio predominou sobre a questão racial. Só depois de crescida, já no Ensino Médio e, com mais força, na graduação, é que o “tornar-se negra” aconteceu e me dei conta de muitas situações em que o racismo me visitou e eu não percebia.

Lembro, por exemplo, que ainda como estudante de Ensino Fundamental I, me ver na escola foi uma tarefa muito difícil. Quase uma missão impossível! Estudei toda minha vida em escolas particulares da cidade de Alagoinhas<sup>7</sup> onde a quantidade de estudantes negros era mínima. Sendo assim, foi um espaço escolar em que não havia qualquer representatividade, tampouco sensibilidade para lidar com a temática racial. Era simplesmente um debate que não

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>5</sup> Ver: RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais)

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 4), p. 9. Versão Digital disponível no sítio eletrônico <[https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia\\_ato\\_ler.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf)>.

<sup>7</sup> Alagoinhas é uma cidade do interior da Bahia, localizada a 110km de Salvador.

existia, completamente silenciado, a ponto de na terceira série do Ensino Fundamental I (4º ano hoje), com então 9 anos de idade, eu ter dançado quadrilha sozinha durante a festa junina da escola. Hoje, como professora e mãe de uma criança negra, me questiono: Por que nenhum coleguinha da sala quis ser meu par? Por que a professora não “me escolheu” para ser par de nenhum deles? A segunda pergunta torna o “evento” ainda mais problemático.

A segunda questão que pontuo e que se relaciona ao olhar daquela professora, diz respeito à disposição para o enfrentamento. Precisamos (re)educar nosso olhar para enfrentar o racismo na escola. Transgredir implica em enfrentar o modelo posto. No mesmo ano da publicação de *Ensinando a Transgredir*, Azoilda Loreto Trindade,<sup>8</sup> educadora negra, carioca, defendeu a dissertação *O racismo no cotidiano escolar*, e chamou atenção para a problemática do racismo na escola.

Naqueles anos, com o avançar das ações e lutas do movimento negro desde a década de 1980 para a adequação curricular no que diz respeito às questões étnico-raciais, não era novidade nem surpresa afirmar que existe sim racismo nas escolas. Naqueles anos, a julgar pelos temas abordados por bell hooks, Azoilda Loreto, Nilma Lino Gomes, Lélia Gonzalez e tantas outras, pesquisadoras negras, já denunciavam a estreita ligação entre o racismo e educação e este era um tema que já estava na pauta das discussões e debates.

Reeducar-se para as relações étnico-raciais, viabilizar uma educação emancipatória e transcender a lógica de um sistema de ensino racista, sexista e extremamente colonizado, em que até a disposição física das salas de aula reforça a autoridade e hierarquia, já era uma luta de muitas educadoras e educadores negros perante um modelo em que professores ainda se colocavam à frente da turma e detinham o poder e o controle absolutos da fala. Os estudantes, sentados em fileiras indianas, ouviam, gravavam e se tornavam repetidores do que lhes fora dito pelos mestres.

Minha pergunta é: em que brecha entraria o entendimento das multiplicidades num contexto como este? Como conceber a escola como um espaço político se em larga medida pautava-se no silenciamento de estudantes e no apagamento das suas múltiplas identidades? Como poderiam questionar o abuso do poder docente e entender a sala de aula como um espaço de afetividades e não um objeto de ódio e solidão, como propunha bell hooks?

---

<sup>8</sup> TRINDADE, Azoilda, Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

Para os nós, mulheres e homens negros, o lecionar – o educar – é um ato fundamentalmente político, como apontou hooks, pois suas raízes estão na luta antirracista. A transgressão pela educação é algo que nos foi negado por meio de políticas de Estado que vigoraram por muitos anos das nossas histórias. Já na Constituição de 1824, pessoas escravizadas foram excluídas do acesso à educação por não serem consideradas cidadãs.<sup>9</sup> No Rio de Janeiro, a Lei n. 1 de 1837 proibia de frequentar as escolas todas as pessoas que padecessem de moléstia contagiosa, bem como os escravos ou pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos.<sup>10</sup>

Na Primeira República, o imediato pós-abolição, a preocupação passou a ser transformar o destino daquela gente negra e o controle dos nascidos da Lei do Ventre Livre. Evitar que replicassem a [suposta] indolência dos adultos pobres foi um projeto amplamente discutido por magistrados, intelectuais e senhores escravistas no período da emancipação da mão-de-obra escravizada. A educação utilitária e a aprendizagem de ofícios se tornou o destino “natural” para os nascidos de ventre liberto, formando uma mentalidade sobre esse grupo.<sup>11</sup>

Além disso, os escravizados e ex-escravizados não foram privados apenas o direito à educação, mas também ao trabalho, “privilégio” que passou a ser reservado aos imigrantes naquele contexto. Além de tudo isso, também era vedado às pessoas negras o direito de votar.<sup>12</sup> Privados do estudo e da organização por meio do voto, a inserção no sistema educacional foi ainda mais tardia.

Esse breve apanhado nos leva a entender que estudar no Brasil sempre foi um projeto pensado para as elites. No início deste ano muitos se assustaram ao ouvir o ex-ministro da Educação, Véllez Rodrigues, afirmar que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, enquanto defendia o ensino técnico, como um dos pilares da Reforma do Ensino Médio. Parece assustador, mas essa é a lógica do racismo estrutural que sustenta a sociedade brasileira. O racismo por estas bandas transcende o âmbito institucional, pois está

<sup>9</sup> BETTINE, Marco Antonio de Almeida; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

<sup>10</sup> CÁ, Lourenço Oconi. Educação e exclusão em Mato Grosso: a Lei de 1837. **RPD – Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.8, n. 17, p 96-1119, ago/dez. 2009.

<sup>11</sup> GONÇALVES, Aline Najara da Silva. Sobre medos e expectativas: políticos, intelectuais e a extinção do elemento servil no império (1866-1871). In: VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil /. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

<sup>12</sup> MENEGUELLO, Rachel [et al]. **Mulheres e negros na política**: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas, SP: UNICAMP/CESOP, 2012.

na essência da sociedade. Falando sobre a relação entre o racismo estrutural e o direito à educação, Humberto Bersani afirmou que o ensino médio promove uma verdadeira bifurcação racial e social, já que ensino médio de melhor qualidade pode ser cursado em escolas particulares, locais acessíveis a uma parte ínfima da sociedade e, depois dele, dois caminhos se mostram: voltar-se à educação intelectual ou à educação para o trabalho.<sup>13</sup>

Diante das distorções sociais que permeiam a sociedade brasileira, muitos jovens são conduzidos à lógica da educação para o trabalho, pois é necessário garantir a sobrevivência e colaborar com as despesas da família. E o Estado falha em não permitir o acesso à educação nesse sentido, aumentando a exclusão social dessas pessoas. E assim, a universidade torna-se, em larga medida, o espaço destinado a uma elite intelectual.

Nesses termos, palestrar para uma plateia de cursos tão diversos e de maioria negra numa universidade pública do interior do estado da Bahia é fazer parte de um processo de transgressão e resistência. Não há como falar sobre transgressão e educação como prática de liberdade sem direcionar o olhar à Lei 10639/03, a Lei que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, em todo currículo escolar, em especial nas disciplinas Letras, História e Artes.

Por força dessa Lei, o conteúdo programático a ser estudado deve incluir “o estudo da **História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional**, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” Não vou adentrar às questões mais amplas em torno dessa legislação, mas um ponto em especial quero trazer para nossa conversa e diz respeito **a luta dos negros no Brasil**. Em especial, meu olhar se volta ao processo de invisibilidade curricular no que tange às lutas e trajetórias de mulheres negras. Faço isso, novamente, com a intenção de refletirmos sobre nossa disposição ao enfrentamento do racismo e do machismo na escola e na academia.

Infelizmente ainda são poucos aqueles que em idade escolar ou como estudantes universitários, conhecem a trajetória de muitas mulheres negras que lutaram e resistiram ao processo de escravidão e à estrutura racista desse nosso pós-abolição inacabado. Quantos dos livros didáticos de História trazem referências a Tereza de Benguela? Ou a Maria Felipa?

---

<sup>13</sup> BERSANI, Humberto. Racismo Estrutural e o Direito à Educação. *Rev. Educ. Perspec.* Viçosa, MG V.8 N.3 AOP, Set./Dez. 2017.

Luiza Mahin? Aqualtune? Acotirene? Dandara de Palmares? Ou Maria Zerefrina? Nas aulas de Literatura, quantos de nós conhecemos as letras de Maria Firmina dos Reis? Carolina Maria de Jesus? Miriam Alves? Conceição Evaristo? Cristiane Sobral?

O silenciamento das trajetórias de mulheres negras diz respeito ao processo de invisibilização da memória e da história do povo negro no Brasil e isso nos afeta de formas muito diversas. Esse processo de invisibilização remete a um não enxergar-se como sujeitos; como protagonistas e desemboca no discurso de inferiorização e solidão.

A solidão é algo que nos afeta desde as opressões sofridas com o tráfico transatlântico. No livro **Virou Regra?**<sup>14</sup>, Claudete Alves analisa a solidão da mulher negra em perspectiva histórica. Ela ressalta, por exemplo, como a maioria das mulheres forras eram solitárias, mães e provedoras de seus lares. Alberto Heráclito trata, embora superficialmente, dessa solidão quando aponta a omissão dos homens frente a criação dos filhos das mulheres pobres e negras no imediato pós-abolição.<sup>15</sup> Ainda sobre as opressões históricas vivenciadas pelas mulheres negras, vemos como o corpo dessas mulheres têm sido objetos de disputa, debate e leis desde o século XIX. Quando se discutiu a Lei do Ventre Livre, em 1871, o corpo dessas mulheres negras era fruto de acalorados debates dentro e fora do parlamento. Tratadas como lascivas, promíscuas e histéricas, a maternidades dessas mulheres não foi levada em consideração. O foco da discussão era o que fazer com a criança para livrá-la das mazelas hereditárias.<sup>16</sup>

A lei deveria ser conduzida sem abalo da propriedade. Dando um salto no tempo e desembarcando no século XXI, a estrutura paternalista que controla os corpos femininos ainda se mantém atuante. Para uma mulher realizar laqueadura de trompas ela continua precisando da autorização do parceiro, por exemplo. E se essa mulher não tiver um homem para “justificá-la”? O que vemos é que ainda são os homens – em sua maioria brancos – que legislam sobre corpos majoritariamente negros.

Conforme dito antes, todo esse processo de opressões históricas é construído e reforçado pela invisibilização. Se não nos veem, não nos representam. Se não nos representam, não existimos. E um grande problema também é quando nos representam de modo estereotipado, reproduzindo preconceitos e discursos de inferiorização. Foi isso, por exemplo, o que Pedro Calmon fez em sua representação sobre Luiza Mahin.

<sup>14</sup> ALVES, Claudete. **Virou regra?** São Paulo: Scortecci, 2010.

<sup>15</sup> FILHO, Alberto Heráclito Ferreira filho. Desafrikanizar as ruas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. **Revista Afro-Ásia**, 21-22, (1998-1999).

<sup>16</sup> GONÇALVES, op. cit.

Pedro Calmon, historiador, escritor e jornalista, herdeiro de uma família de escravistas de muitas posses e político, narrou Luiza Mahin como uma mulher “lasciva e histórica, sem reputação e sem Estado”.

Na narrativa de Pedro Calmon reside o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie chamou de “perigo da história única”, que é a história contada pelo discurso hegemônico, cujo padrão é masculino, branco, cis, heteronormativo e rico. Nesse processo, as mulheres são cada vez mais colocadas num plano de desqualificação e silenciamento, especialmente as mulheres negras. A grande questão é que é essa a História que tem sido reforçada muitas vezes pela educação formal e é a ela que devemos transgredir apresentando outras histórias além da história única.

Claro que existem muitas professoras e professores que são parceiros no enfrentamento ao racismo no espaço escolar, em sua maioria, professoras e professores negros. Entretanto, ainda vemos, por exemplo, como a Lei 10639/03, ainda é contestada nas escolas, em especial quando os conteúdos levam ao conhecimento das religiões de matriz africana. Casos de ódio religioso são frequentes e naturalizados.

É inquietante ainda termos lutar e nadar contra a corrente para que nossa história seja de fato, estudada em sala de aula. Transgredir e educar para a liberdade é uma necessidade quando, 131 anos após a abolição legal do escravismo, ainda nos deparamos com inscrições e insultos racistas em banheiros de instituições de ensino.

Um dos casos que mais me impactou neste sentido aconteceu no dia 06 de março de 2017, quando uma professora negra do IF de São Paulo, divulgou um vídeo no *Facebook* carregado de muita dor, em que ela mostrava sua indignação por ter sido “surpreendida” pelas inscrições “#ForaPretas, #PretasFedidas, #Ifbranco” nas paredes do sanitário feminino da instituição. O IFSP não foi o único a trazer essas *hashtags* racistas em suas paredes. Ao longo do ano de 2017, isso aconteceu na UFABC, na USP e na PUC-RJ, onde, em junho de 2018, durante os jogos universitários, os estudantes lançaram bananas e cantaram músicas com teor explicitamente racistas para os times da UERJ.

Como disse antes, o episódio do IFSP me impactou muito. Primeiro, porque foi direcionado às meninas; às estudantes negras que ali estão. Em segundo lugar, porque o dia 06 de março foi o dia, naquele mesmo ano, em que fiz a minha matrícula no doutorado em História Social na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ver a inscrição

*#ForaPretas* me fez ratificar o que já sabemos: o espaço da academia foi pensado para uma elite intelectual, não para nós.

A universidade brasileira não foi pensada para a pessoa negra. Para a mulher negra, menos ainda! Giovana Xavier, historiadora negra carioca e professora da UERJ, publicou um artigo em 2018 em que apontou dados de uma pesquisa realizada em 2016 sobre as pós-graduações no Brasil. De acordo com dados coletados no Censo da Educação Superior (2016), 10 mil professoras doutoras atuando em programas de pós-graduação são brancas, enquanto 219 são mulheres negras (pretas e pardas), menos de 3%, e dessas, apenas 0,4% são pretas.

Hoje, estudantes negros representam pouco mais de 12% do público no ensino superior no Brasil. Não tenho os dados específicos referentes às mulheres negras nesse ambiente, mas na minha turma de pós-graduação na UFRRJ, por exemplo, somos três pretas apenas. Ao ler o artigo da Giovana Xavier, fiquei pensando em como o processo de silenciamento e desqualificação do protagonismo de mulheres negras nos afeta, afeta nosso conhecimento científico, nossas pesquisas, e de como nossos saberes são hierarquizados. Quando trazemos esse debate à tona, somos taxados de “militantes”, como se a militância fosse “o erro”.

Para romper o silêncio e partirmos da invisibilidade à nitidez para além dos estereótipos, precisamos, como professores e pesquisadores, estar dispostos a encarar o sistema e transformá-lo de dentro pra fora. Ao que parece, tratar da trajetória e da memória histórica das populações negras ainda é um desafio. Como assinalaram Ana Rios e Hebe Mattos, “com a abolição do cativeiro, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história”.<sup>17</sup> Essa invisibilidade é afirmada pelo “paradigma da ausência” que reforça o silenciamento acerca dos trabalhadores negros nas últimas décadas do século XIX e no pós-abolição por uma historiografia que, segundo ele, se recusa a enegrecer e reforça o embranquecimento.<sup>18</sup> “Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas?” – questionou. “Por que os orientadores não estimulam estas pesquisas?” Para quebrar este paradigma precisamos problematizar o que a história “diz”

<sup>17</sup> RIOS, Ana Maria Rios e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

<sup>18</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n° 59, p. 583-586, setembro-dezembro 2016.

sobre o negro e sobre o que “deveria dizer”, em especial a crítica das fontes, principalmente no que tange aos quesitos cor/raça/classe.

Finalizando esta conferência, ressalto que transgredir e proporcionar uma educação como espaço de liberdades implica em desenquadrar memórias que silenciam e ocultam personagens, pessoas e lugares. É tempo de (re)escritas e (re)descobertas; tempo de desarquivamento de narrativas e (re)conhecimento de sujeitos e experiências invisibilizados pela história... Transgredir por meio da educação e das práticas pedagógicas implica em questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e, ao mesmo tempo, proporcionar uma educação emancipatória e libertadora.

Sigamos!

### Referências

ALVES, Claudete. **Virou regra?** São Paulo: Scortecci, 2010.

BERSANI, Humberto. Racismo Estrutural e o Direito à Educação. **Rev. Educ. Perspec.** Viçosa, MG V.8 N.3 AOP, Set./Dez. 2017.

BETTINE, Marco Antonio de Almeida; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

CÁ, Lourenço Ocuni. Educação e exclusão em Mato Grosso: a Lei de 1837. **RPD – Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.8, n. 17, p 96-1119, ago/dez. 2009.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

FILHO, Alberto Heráclito Ferreira filho. Desafrikanizar as ruas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. **Revista Afro-Ásia**, 21-22, (1998-1999).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 4), p. 9. Versão Digital disponível no sítio eletrônico <[https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia\\_ato\\_ler.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf)>.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. Sobre medos e expectativas: políticos, intelectuais e a extinção do elemento servil no império (1866-1871). In: VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História** - História e o futuro da educação no Brasil /. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

MENEGUELLO, Rachel [et al]. **Mulheres e negros na política**: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas, SP: UNICAMP/CESOP, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 583-586, setembro-dezembro 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIOS, Ana Maria Rios e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

TRINDADE, Azoilda, Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.